

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DISPUTA PELA HEGEMONIA: A AÇÃO POLÍTICA DO INSTITUTO EUVALDO LODI

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de – UNINOVE – cpfcarvalho@uol.com.br

GT: Estado e Política Educacional / n.05

Agência Financiadora: CAPES

Problematizando a questão.

Há certo consenso entre os autores que transitam pela teoria social que os últimos trinta anos constituem uma época de profundas transformações no plano da cultura, da economia, da política e das instituições sociais. Os processos pelos quais a burguesia procura configurar o campo social, no intento de superar a crise do capital, materializaram-se ao longo dos anos em projetos de reformas institucionais os mais amplos. O campo da educação tornou-se, para o capital, estratégico, tendo em vista as necessidades postas pela reestruturação produtiva, pela inovação tecnológica, pelo neoliberalismo e pela globalização da economia. No sentido amplo, o discurso reformista na educação tem mencionado a necessária constituição de um *novo* ser social, apto a responder a essas mudanças e suas demandas.

No Brasil, esse movimento se constitui em um processo de atualização histórica, que ganha organicidade na passagem da década de 1980/1990. Nesse contexto, o grupo político que se torna hegemônico encaminha um amplo processo de mudanças na normatização e regulação do Estado. No conjunto das políticas públicas encaminhadas pelo governo a educação é alçada à condição de espaço privilegiado a ser reformado. Sob o argumento de que as novas formas de organização do trabalho e da produção estariam a exigir um novo perfil de qualificação profissional dos trabalhadores tem início um processo que visava *adaptar* o sistema escolar a essas necessidades. No mesmo movimento, o discurso oficial preconizou a necessidade de aumentar a escolaridade da população como meio para melhorar as condições de inserção da economia no contexto mundial, agora marcado pela globalização da economia. Esse movimento reformista ganhou adesão de quase toda a mídia, da burguesia, de parcelas do movimento sindical e de algumas instituições representativas dos trabalhadores da educação.

Um fato que chamou a atenção foi o discurso orgânico e articulado que os empresários¹ empreenderam nesse momento. Em uma ação coordenada diferentes instituições representativas dos interesses da burguesia passaram a veicular a necessidade de se reformar o sistema escolar brasileiro, atribuindo a ele as dificuldades enfrentadas pelos setores produtivos diante da competição internacional. A educação passa a ser anunciada como o espaço privilegiado e capaz de melhorar as condições sociais da população, das empresas e do país. Em sintonia com o discurso oficial e das agências multilaterais a ação política da burguesia ganha grande dimensão e a defesa que faz da necessidade de uma educação básica de *qualidade*, de um ensino técnico mais *dinâmico*, de uma universidade mais sintonizada com as demandas da indústria de uma educação capaz de formar o *cidadão crítico* e o *trabalhador qualificado* ocupam grande espaço no debate da década de 1990.

Em um primeiro momento algumas análises mencionavam o novo modo da inserção da burguesia no debate educacional, não mais restrito à questão da formação técnica e da qualificação profissional, mas também apontando para a necessidade de uma educação básica de qualidade e do aumento da escolaridade da população. Estaríamos, então, diante de uma nova situação, em que o pragmatismo e a imediatividade foram substituídos por uma perspectiva de longo prazo, por uma ação planejada e articulada com o fim de influenciar na definição das políticas públicas para a educação. Atribuía-se, assim, o caráter de inovação, de uma nova postura da burguesia diante das temáticas educacionais.

Entendemos que as relações entre os empresários, a educação e a produção de políticas educacionais não podem ser compreendidas como fenômenos isolados ou sujeito a interesses específicos de um determinado momento, mas sim, devem ser historicizados. Tal itinerário pode permitir compreender melhor a participação da burguesia no processo de formação dos sistemas escolares ao longo do período republicano e no contexto da institucionalização de outras instâncias que demarcam a vida social contemporânea. Pode nos ajudar também a entender como se deu o processo de amoldamento de relações sociais desenvolvidas e constituídas na sociedade capitalista, que de forma contínua, sofre a interferência das circunstâncias, especificidades e contradições de cada momento, das

¹ A categoria empresários é aqui entendida como a classe social que é proprietária dos meios de produção essenciais.

necessidades políticas impostas por processos sociais os mais diversos, bem como, da necessária acomodação e composição ideológica estabelecida entre os diversos segmentos das elites brasileiras.

A ação da burguesia na esfera educacional e sua participação não decorrem apenas e tão somente como resposta às necessidades e às condições impostas pelo desenvolvimento econômico, ou pela necessidade de formação e especialização da força de trabalho, mas também como condição necessária para a construção de um projeto de sociedade –a modernidade - em que ela é, no princípio, uma das forças políticas atuantes, tendo que defrontar-se nesse trajeto com outras instituições, como a Igreja, disputando espaços e projetos de hegemonia.

Situar as relações entre os empresários e a produção de políticas públicas para a educação no contexto de construção de um projeto hegemônico para a modernidade implica considerar que esse processo deve ser entendido como tendencial, em perspectiva, pois tanto o sistema escolar como a constituição do pensamento burguês são elementos de longa duração, não sendo possível apreendê-los em um período específico. Importante também chamar a atenção para o fato de que a constituição da modernidade e sua expressão como um movimento de alcance mundial é marcado por diferentes temporalidades históricas, à medida que esse processo, de mais de 200 anos de história, não percorreu o mesmo itinerário em todos os espaços em que se sedimentou, da mesma forma que os embates políticos presentes em sua constituição deram-se por meio de diferentes forças sociais ao longo do tempo.

A produção historiográfica sobre a constituição da modernidade no Brasil, notadamente aquela interessada em compreender a constituição dos sistemas escolares, produzida sob o rotulo de história da educação, construiu uma representação do papel desempenhado pelo Estado atribuindo a ele o protagonismo na constituição das políticas públicas para a educação, o transformando em agente central desse processo. Dessa forma, outros agentes sociais de enorme importância para a compreensão histórica, como os empresários, os trabalhadores, os sindicatos, os partidos políticos, os intelectuais de várias matizes e outros personagens foram parcial ou totalmente negados por essa produção (cf: WARDE, 1984,1990)

A intenção de destacar essa lacuna da produção historiográfica brasileira é porque ela produziu uma análise limitada do papel desempenhado pela burguesia e trabalhadores na história da educação brasileira. Como decorrência essa perspectiva historiográfica contribuiu para uma leitura reduzida acerca da *recente* participação dos *homens de negócio* no debate educacional e na produção das políticas públicas, notadamente nas últimas duas décadas. Em alguns momentos esta participação é apresentada como uma mera reação às mudanças ocorridas nos processos produtivos recentes e à necessidade de formar os trabalhadores providos de novas habilidades, conhecimentos e qualificação profissional. Portanto, é uma leitura que apresenta os empresários como *novos personagens* do debate educacional. Em razão disso entendo ser importante discutir o papel da burguesia e sua influência na definição das políticas públicas de educação em uma perspectiva de longo prazo, na defesa de seus interesses, em um processo marcado pela estreita vinculação com as ações desenvolvidas pelo Estado, mas não somente por ele determinado.

A proposta deste artigo é analisar a inserção da burguesia no debate educacional e sua prática no sentido de definir os rumos das políticas públicas para a educação. Para tanto, percorre a trajetória do Instituto Euvaldo Lodi, que surge no contexto da radicalização do regime ditatorial, resultado da ação articulada por um segmento importante da burguesia nacional e que tinha como objetivo influenciar na elaboração das políticas públicas para a educação e, especificamente, da educação superior.

O surgimento do Instituto Euvaldo Lodi.

O IEL foi fundado em janeiro de 1969 por um grupo de empresários vinculados à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) em um contexto político marcado pela edição do AI-5, pela repressão política e pela violência institucionalizada. No ano anterior, parte desse grupo teve participação ativa em dois acontecimentos da maior importância: o fórum *A Educação que nos convém*, evento organizado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e no Grupo de Trabalho formado pelo governo e dirigido pelo coronel Meira Matos, que serviu de base para a *Reforma Universitária* de 1968.

Nos dois eventos os empresários sugeriram políticas públicas que possibilitassem uma relação mais próxima entre a universidade e a empresa. Faziam a defesa de uma universidade mais *produtiva*, portadora de idéias e princípios mais próximos da iniciativa privada e que possibilitasse a transformação do conhecimento produzido na universidade em melhores produtos na indústria.

Um caráter orgânico e pragmático esteve presente na fundação do IEL, pois ela era entendida como um meio para contribuir para o aprimoramento da produtividade industrial e para interferir de forma mais direta na formação da futura elite dirigente brasileira; com isso obter-se-ia a melhoria dos padrões de qualidade nas fábricas, criar-se-ia e aperfeiçoar-se-ia produtos que, conseqüentemente, impulsionariam o parque industrial. Em perfeita sintonia com o autoritarismo da ditadura civil-militar, e interessados direto nos resultados e desdobramentos do movimento estudantil, acreditavam que uma das saídas para refluir o movimento estudantil e tirar os estudantes das ruas era *motivá-los a usar sua energia dentro das empresas*. A interação entre a Universidade e a indústria tornar-se-ia, assim, o objetivo central a ser alcançado pelo instituto ao longo de sua história. No início, o caminho definido foi o de tornar o estágio supervisionado o instrumento para facilitar essa aproximação.

As concepções de mundo criadas pela burguesia decorrem da ação desenvolvida por suas instituições orgânicas, contribuindo para tornar hegemônico seu pensamento e interesses. Importantes estudos que procuraram compreender as ações da burguesia a partir de instituições orgânicas criadas em diferentes momentos de nossa história nos ajudam a fundamentar essa perspectiva. Segundo ANTONACCI (1993) o Instituto para o Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT) se constituiu em uma instituição orgânica e expressão do movimento político da burguesia, que por meio da tecnificação da política, tentou criar as condições para a racionalização dos conflitos e das questões sociais a partir de seus interesses, influenciando, na elaboração das políticas públicas. A burguesia paulista possuía entre os anos 1930 e 1945 um projeto de sociedade que perpassava a educação e, dessa forma, procurou influenciar as políticas públicas tanto no sentido de racionalizar a administração pública, como de interferir no modelo de escola e de educação.

DREIFUSS (1981) afirma que, na condição de representante das forças políticas vinculadas às classes dominantes, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) agiu como uma típica instituição orgânica articulando, a partir de vários espaços e interesses, ações com o objetivo de construir uma nova hegemonia. Consumado o golpe, as forças políticas aglutinadas em torno do Instituto ocuparam vários espaços na administração pública. No caso específico da educação as propostas elaboradas pelo Instituto, principalmente nos seminários que ele realizou, foram parcialmente incorporadas nas reformas educacionais do final da década de 1960 e início da década de 1970. Esses dois exemplos nos permitem afirmar que os interesses das classes dominantes com a educação não são produtos de uma ação isolada no tempo, mas sim, estão presentes em momentos importantes da constituição da modernidade no Brasil. Entendemos que essa perspectiva de análise nos permite entender os processos de institucionalização da educação e de regulação dos espaços escolares no tenso e intenso processo de disputas políticas geradas pela luta de classes.

O IEL como uma instituição orgânica da burguesia.

A fundação do IEL ocorreu no contexto do fórum *A educação que nos convém* e da reforma *Universitária de 1968*. Nos dois acontecimentos, os debates foram profundamente influenciados pelos acontecimentos políticos do momento, principalmente pelo movimento estudantil. A relação universidade-indústria, ou o estabelecimento de um processo de formação *mais próximo da realidade* foi uma das teses mais defendidas tanto no fórum como por aqueles (muito poucos) que participaram da elaboração da reforma. (cf. IPES, 1969; GTRU, 1968).

Para Jorge Bhering de Mattos² o IEL deveria iniciar entendimentos com o Ministério da Educação no sentido possibilitar a criação de oportunidades para as empresas transformarem o conhecimento produzido na Universidade no desenvolvimento de novos produtos, de melhor qualidade e que proporcionariam maiores ganhos para o país. Essa

² Empresário e 1º Diretor Geral do IEL. Pertenceu aos quadros do IPES desde sua fundação, da Escola Superior de Guerra (ESG), da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), foi membro do Conselho Nacional de Classes Produtoras, Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro e dono da Cia Bhering S. A. Sociedade Alimentícia. Nos anos anteriores a 1964 foi um ardoroso crítico do ISEB e conspirou contra o governo de Goulart em tempo integral.

perspectiva pragmática da burguesia em relação à Universidade não surgiu em 1968 e nem se esgotou posteriormente. Possibilitaria também desencadear uma ação visando a construção de uma nova imagem do empresariado perante o estudante. Na compreensão de vários empresários participantes do fórum *A educação...*, o anticapitalismo do movimento estudantil decorria da falta de informações, conhecimento e clareza dos estudantes acerca da importância da empresa privada no processo de desenvolvimento econômico do país.

As ações do IEL, ao aproximar a universidade da indústria, poderiam encaminhar de forma favorável duas questões postas naquela conjuntura e que foram objeto de amplos debates no fórum.

A primeira delas era a crítica que os empresários faziam à forma como funcionava a universidade fato que impedia que a *produção do conhecimento* se transformasse em algo *útil* à indústria. Defendiam a tese de que a fundação do IEL possibilitaria maior participação da burguesia nos destinos das universidades, inclusive com a ocupação de espaços nos conselhos superiores, criando as condições para a reversão dessa situação. Para as empresas as vantagens advindas dessa proximidade seriam enormes. Convênios possibilitariam maior intercâmbio entre técnicos das empresas e acadêmicos, com a conseqüente utilização do saber gerado pelas universidades em produtos de melhor qualidade. Traria também vantagens para as universidades que, por meio do contato direto com o setor produtivo, poderiam *aprimorar seus currículos e processos formativos, adequando-os à realidade do mundo do trabalho*, cumprindo-se, assim, um dos objetivos traçados pela reforma universitária.

A segunda questão dizia respeito às inquietações geradas pela radicalização da luta política e dos caminhos trilhados pelo movimento estudantil em 1968. Articuladores do IEL no IPES e na CNI entendiam que a repressão, embora necessária, não resolvia o problema. Partindo do suposto que os estudantes estiam sendo *manipulados* pela esquerda, entendiam que era necessário um trabalho de aproximação, que permitisse mostrar aos estudantes a *importância da propriedade privada, da liberdade e da competitividade*. Defendiam que o IEL poderia realizar essa aproximação via estágios supervisionados. Dessa forma, seria possível mostrar aos estudantes a *importância da empresa privada e do capital para a sociedade*, além de afastá-los do convívio perigoso com as organizações de esquerda. Estabelecia-se, assim, uma estratégia, que se bem articulada e efetivada, criaria as

condições para o contato entre os estudantes e a indústria e para a compreensão da *função social da empresa privada*.

Não podemos afirmar aqui em que medida a criação do Instituto foi determinada pelas questões acima levantadas. Há indícios de que no grupo de pessoas que participaram da elaboração do *projeto IEL*, alguns entendiam que o movimento estudantil não possuía tamanha dimensão e que a repressão política resolveria a questão. Dessa forma, esse grupo defendeu a fundação do instituto para que a empresa se apropriasse do conhecimento gerado na Universidade de forma mais imediata. Mas algumas pessoas realmente entendiam que o movimento estudantil possuía capacidade de desestabilizar o regime. Acreditavam que a fundação do IEL poderia representar uma ação mais efetiva das classes dominantes no sentido de interferir e controlar o movimento estudantil. (cf: IEL, 1969b) As conseqüências da edição do AI-5 no processo de desmobilização e repressão dos movimentos sociais não nos permitem dimensionar qual o papel do IEL, se é que houve, na desmobilização do movimento estudantil.

Os primeiros anos do IEL.

Os anos iniciais do IEL foram marcados por enormes dificuldades financeiras³ e de implementação de projetos. Em geral, não havia experiência acumulada e nem capacidade gerencial nos quadros iniciais do instituto que fossem capazes de dar conta das necessidades que a situação requeria. No início, mais do que interferir ideologicamente na formação dos estudantes, o que movia as ações do IEL era a busca de convencer os empresários que o trabalho desenvolvido era importante. Procurava criar no sistema CNI um espaço para sua ação e legitimação em meio à enormes resistências. Tal situação, em que o desinteresse de uns e o voluntarismo de outros prevaleciam, marcaria as ações do instituto em grande parte de sua história. Com isso, o IEL não conseguiu nos anos iniciais definir sua *razão de ser* e nem suas fontes de financiamento, situação que se constituiria em obstáculo à viabilização das ações iniciais do instituto.

Como compreender essa situação em que um instituto fundado por empresários não obtinha apoio da classe. Seria ela decorrente da *solução* que o AI-5 deu ao movimento

³ Os recursos financeiros do Iel provinham de contribuições da CNI, do SESI e do SENAI, 1% do orçamento de cada uma dessas instituições. Tal solução, apresentada como provisória, seria ao longo do tempo motivo de intensos debates e disputas por recursos no contexto do sistema CNI.

estudantil, ou seja, o Instituto não recebia recursos e não desenvolvia com intensidade suas atividades porque a razão de sua fundação, a contenção do movimento estudantil, estava *solucionada*? Da mesma forma, teria a implantação da reforma universitária realizado uma maior proximidade entre a universidade e a empresas tornando sem sentido as ações do IEL? Análise das Atas das reuniões do Conselho Superior do IEL⁴, bem como de outros documentos produzidos pelo Instituto, mostram que a crise financeira foi resultado do desinteresse geral da burguesia com os objetivos do IEL. Entendiam que a Universidade teria pouco a contribuir com a indústria, além de não sentirem no instituto capacidade para cumprir com sua missão. Caracterizava-se, assim, uma situação em que a maior parte da burguesia industrial pensava no imediato, mas frações desse empresariado, as elites orgânicas, entendiam que o trabalho era de longo prazo⁵.

Em 1975, Jacy Montenegro Magalhães⁶ assumiu a direção do Instituto em meio a uma profunda crise financeira e críticas à gestão anterior. Essa situação obrigou à revisão dos projetos, da estrutura do Instituto e por fim gerou um debate acerca da própria existência do IEL. Entre as medidas tomadas, o corte de 50% do pessoal atingiu diretamente a capacidade de realização de projetos e comprometeu a ação do IEL. Restrições foram feitas quanto à cessão de bolsas de estudo, que deveriam ficar a cargo da empresa e não do IEL. No final de sua gestão, em 1980, a situação não era melhor no instituto. Os problemas de financiamento continuavam e tornava a dependência de recursos da CNI, do Sesi e do SENAI uma situação difícil de ser sustentada, gerando críticas a ação do instituto e colocando em dúvida sua capacidade dentro do sistema CNI. Em reuniões do Conselho Superior do Instituto nesse período foi mencionada a necessidade de que fossem *ampliadas* as fontes de financiamento do IEL, notadamente por meio de convênios com o

⁴ O Conselho Superior do IEL era formado no início pelo presidente da CNI, pelos diretores nacionais do Sesi e do SENAI, pelo Diretor Geral do IEL e por conselheiros escolhidos na estrutura da CNI.

⁵ Segundo DREIFUSS, se não todos os empresários, mas 'pelo menos uma elite entre eles', deverá ter a capacidade de articular e organizar os seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade. E isto será feito, com a consciência de que seus 'próprios interesses corporativos, no seu presente e no seu futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos de classe puramente econômica' e tanto podem como devem 'transformar-se em interesses de outros grupos subordinados' Estas elites são as que denominamos de *elites orgânicas*: agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe. (idem, p. 24)

⁶ Empresário de Santa Catarina e 2º Diretor Geral do IEL.

MEC. O período foi de crise de identidade e de ausência de definições acerca de qual deveria ser o papel do IEL⁷.

No início da década de 1980 ocorrem novas mudanças no instituto. Assume a direção Tarcísio Meirelles Padilha⁸. Apresentado por Albano Franco como *conhecedor dos caminhos que poderiam facilitar a aproximação com a universidade* o novo diretor tinha como objetivo maior transformar o IEL em um centro de altos estudos, produtor de análises e de políticas de ação para o empresariado. O objetivo principal do instituto passa a ser o entendimento da conjuntura nacional, marcada pelo enfraquecimento do regime militar e pelo surgimento dos movimentos sociais nas grandes cidades, notadamente o movimento sindical operário na região do ABC em São Paulo. Para tanto, a elaboração e realização de diversos seminários⁹ foi o caminho privilegiado.

Os seminários consumiram a maior parte dos recursos do instituto, provocando o esvaziamento dos Núcleos Regionais e o descontentamento nas federações estaduais da indústria. Gerou também um processo interno de críticas à estratégia nacional do IEL e tornou-se uma das razões para que, vozes que defendiam o retorno de um empresário à direção do Instituto, ganhassem espaço. O que pode ser inferido desse processo é que a estratégia de tornar o IEL um centro de estudos, capacitado a contribuir na determinação dos rumos da CNI, não era consenso entre os empresários que possuíam representatividade política e assento no sistema CNI. A estratégia de ação dos empresários que compunham as elites orgânicas foi, nesse momento, derrotada. A perspectiva de longo prazo estabelecida por Padilha e seu grupo de apoio foi vencida pelo pragmatismo de seus críticos. Entretanto, cabe ressaltar que a gestão de Padilha foi o momento em que o instituto esteve mais

⁷ Uma das explicações para a indefinição do IEL reside no fato de que os empresários paulistas da indústria se articulam com o CIEE na questão dos estágios. Outro fato é que a FIESP possui, desde os anos de 1960, o Instituto Roberto Simonsen que, teoricamente, realiza as mesmas atividades do IEL, principalmente como um centro de altos estudos e de formação para o empresariado industrial. Uma terceira explicação decorre da própria constituição do sistema CNI e sua relação com as federações estaduais da indústria. São Paulo, mesmo sendo o Estado mais industrializado do país nunca conseguiu eleger um presidente para a CNI. A FIESP, nesse sentido, parece seguir em itinerário próprio e, sem entrar em conflito com os interesses maiores da burguesia industrial, procura manter uma certa distância da estrutura do sistema CNI. Tal fato ocorre também com o SENAI-SP e com o SESI-SP, enfraquecendo, assim, politicamente o IEL no plano nacional.

⁸ Ocupou o cargo de Dirigente do IEL de 1980 à 1986. Doutor em Filosofia. Foi membro dos quadros da ESG e da ADESG. É Presidente da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos e do Centro Dom Vital. Integrou o Conselho Federal de Educação e o Conselho Federal de Cultura.

⁹ Entre eles, o seminário Internacional sobre Educação e Trabalho, o seminário sobre Negociação e Relações de Trabalho, o seminário Nacional sobre a Renovação da Empresa e o seminário Nacional sobre o Programa Grande Carajás.

próximo de se constituir em uma instituição orgânica da burguesia industrial, pois havia uma proposta política e de ações que caminhavam nessa direção.

A escolha do empresário Oswaldo Vieira Marques em 1986 para diretor geral significou uma nova etapa na estratégia de ação e inserção do IEL no sistema CNI e representou a vitória dos empresários que defendiam o pragmatismo e uma maior proximidade aos interesses imediatos da indústria. Durante sua gestão ocorreu a assinatura do protocolo CNI/CRUB¹⁰, momento de grande importância na história do instituto e que determinaria suas ações até a virada para os anos 90. A enorme expectativa gerada pelo convênio mostrou-se muito maior que os resultados obtidos. Embora o protocolo tenha possibilitado a abertura de portas nas universidades e, conseqüentemente, maior possibilidade no desenvolvimento das ações do IEL junto ao espaço público, seus resultados foram limitados. Em 1989, com a criação da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o CRUB de ser o principal meio de expressão dos dirigentes das Universidades Federais, dificultando as ações do IEL no sentido de agir de forma mais orgânica. As possibilidades de articulação do IEL com as instituições públicas sofreram naquele momento um profundo processo de esvaziamento. O instituto entrou em um longo processo de burocratização e dispersão de recursos, sem um projeto mais bem articulado de ação. Um retorno aos anos iniciais, quando a dificuldade financeira e o amadorismo determinavam suas ações.

No início da década de 1990 *novos ventos* obrigaram o IEL a se reposicionar. No rastro da crise econômica surgiu um amplo espaço para a propaganda e disseminação das teses da *qualidade total*. Nesse contexto, foi lançado o *Programa IEL de Competitividade Industrial*, lançado em 1990 (cf. IEL, 1991a). Divulgando pelos quatro cantos do país os benefícios que a *Pedagogia da Qualidade Total* propiciariam, o instituto procurou demarcar seu espaço de ação e importância no sistema CNI, realizando ações conjuntas com o SENAI e com as federações estaduais.

Para os empresários o desenvolvimento econômico do país dependia de um conjunto de reformas e de políticas públicas que possibilitassem a diminuição do *custo*

¹⁰ A partir desse momento, o acesso do IEL e sua ação junto às universidades foram facilitados em razão do estreitamento das relações entre membros do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o Instituto. Vários encontros e reuniões entre professores, dirigentes de Universidades e membros do IEL foram realizados. Grande parte das sugestões surgidas nesses encontros foi incorporada e passou a direcionar a conduta do IEL nos anos seguintes

Brasil, tornassem o crédito mais barato e, principalmente, gerassem as condições para o aumento da escolaridade do trabalhador. Competitividade passou a ser palavra de ordem e condição necessária para disputar espaços no capitalismo globalizado. Isso significava diminuição de custos operacionais, utilização de novos processos tecnológicos e trabalhadores qualificados. Na análise do IEL não bastava mais exercer influência nas ações das universidades e de seus centros de pesquisa. Implicava agora direcionar todo o processo de produção de conhecimento, gerado principalmente com recursos do fundo público, a partir dos interesses estratégicos da indústria. A defesa que passam a fazer da reforma do estado e, no caso da educação, do ensino superior incorpora o discurso da *qualidade, da competitividade, da empregabilidade* como demandas nacionais, caracterizando a defesa de seus interesses particulares como fossem os interesses da nação.

A disseminação de idéias centradas na qualidade, na tecnologia e na formação determinou todas as ações do IEL na década de 1990. O trabalho desenvolvido pelo Instituto procurou envolver diversas instituições empresariais, agir e interferir nos departamentos e centros de pesquisa das Universidades e contar com o apóio de agências governamentais. Contribuiu também para que conceitos como *empreendedorismo, incubadoras de empresas e empresas júnior*, passassem a fazer parte do cotidiano e dos currículos das universidades. Em síntese, defendeu no debate político um modelo de universidade prestadora de serviços e mercantil, traços centrais nas reformas encaminhadas pelo governo na década de 1990.

No campo político a vitória de FHC em 1994 dá início a um amplo processo de reforma do Estado. A política econômica e sua lógica financeira tornaram frágil o capital nacional, destacadamente o industrial. No plano social procurou redesenhar a sociedade civil via fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) e do *Terceiro Setor*, movimento que ao lado das reformas institucionais executadas e criou condições para a produção de um novo paradigma político e uma nova sociabilidade orientados pela instrumentalidade, a adaptação e a busca do consenso. O protagonismo da sociedade civil distância o Estado da oferta de políticas sociais e abre espaço para a ação das ONGs e do Terceiro Setor.

Em Janeiro de 1996, é empossado no cargo de superintendente do IEL Nacional, o engenheiro Carlos Sérgio Asinelli. Essa mudança produziu alterações nas linhas de atuação do IEL, que foram revistas e ampliadas. Foram criados novos programas e aberto novas perspectivas de ação para o Instituto.

O IEL é reestruturado e passa a ser um órgão de articulação de projetos e não mais de execução. Outra característica do Instituto é que ele assume a função de *prestador de serviços* para todo o Sistema CNI, oferecendo consultoria na elaboração de novos projetos e na busca de novas parcerias. Ainda nesse processo os Núcleos Regionais passaram a ter uma maior autonomia no desenvolvimento e execução de projetos, com o IEL Nacional atuando como um consultor técnico junto a esses Núcleos. Grande parte dessas mudanças decorreu da necessidade imposta ao Instituto pelos seus mantenedores. Novamente, a questão financeira aflorava e cobranças eram feitas no sentido de que o IEL procurasse criar as condições para o seu auto-financiamento, sem depender mais das contribuições da CNI, do SESI e do SENAI.

A política do IEL ganha grande densidade, ocupando espaços e articulando ações no contexto da universidade pública como jamais conseguira. O discurso do *empreendedorismo* ganha dimensão e densidade nos espaços formativos públicos, bem como seus programas de qualidade e de competitividade passam a orientar ações, pesquisas e planos de ensino. Todo um contexto de mercantilização do público, mediante a incorporação da lógica do privado passa a compor as políticas para a educação pública, notadamente para o ensino superior.

Nos anos recentes, o intuito de estreitar os *laços* entre a Universidade e a indústria e de disseminar na Universidade os *valores da livre empresa*, levou o Instituto a uma nova ação estratégica, publicar, em co-autoria com várias instituições de ensino, uma série de revistas com o objetivo de discutir a temática Relação Universidade–Indústria. Ampliou também sua ação na Universidade disseminando cursos sobre *empreendedorismo*, sobre o desenvolvimento de *incubadoras de indústrias* e sobre as *empresas júnior*. Conseguiu também que um representante do MEC passasse a fazer parte do conselho nacional do instituto.

A maior consequência de tudo o que até aqui se expôs são as mudanças que estão incidindo sobre a identidade da instituição universitária. A produção de conhecimento -

consubstancial à idéia de universidade desde seus primórdios – está sendo substituída pela administração de dados e informações em um processo de assessoria ao mercado, o que impõe a sensível perda da necessária capacidade de reflexão e crítica que esta instituição deve ter em relação à sociedade, característica também histórica da universidade. Esse processo assemelha a instituição universitária a empresas prestadoras de serviços, quando referida ao mercado, e a uma instituição legitimadora do novo paradigma político em cujo centro encontra-se a adaptação, a instrumentalidade e o cognitivismo, quando referida à sociedade.

A matriz orientadora das reformas da educação defendida pelo IEL deriva da racionalidade do metabolismo social no presente estágio do capitalismo, quando o capital põe-se em todas as esferas sociais, estabelecendo, por processos os mais diversos, o império do privado às instituições. A educação em geral, e em particular a educação superior, foi reconfigurada com muita intensidade pela própria reforma do Estado. Com isso, o sistema de ensino superior foi submetido às regras do privado, subordinando as práticas sociais de docência, pesquisa e extensão à racionalidade mercantil. Quanto à produção científica, podemos afirmar que tem sido induzida pelo financiamento a tornar-se uma central de resolução de problemas técnicos e sociais voltada, em última instância, para os fins do governo ou de quem a financia, constituindo, agora mais do que nunca, a ciência engajada, instrumentalizada e não crítica, além de confundir-se com seu objeto no momento de sua produção.

Considerações Finais

Conseguiu o IEL efetivamente cumprir os objetivos iniciais propostos pelos seus fundadores?

Em um primeiro momento, notadamente na década de 1970, é possível afirmar que não. Entretanto, a travessia para a década seguinte apresentou um quadro político diferente. Sinais de esvaziamento do bloco de poder que mantinha a ditadura civil-militar eram visíveis. Da mesma forma, a repressão pura e simples propiciadas pelo AI-5 e pelo aparelho estatal, não mais continha as pressões exercidas pelo movimento social com a mesma *eficiência* de antes. A eclosão das Greves no ABC, o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, dos movimentos por moradia, do movimento contra a carestia e outros,

mostraram que a estrutura de poder montada já não possuía a mesma solidez. Era, portanto, necessário para a burguesia encontrar novas formas de luta política e de contenção aos avanços sociais.

Na primeira metade da década de 1980 o IEL assumiu postura diversa da década anterior, em que o pragmatismo e os resultados imediatos orientaram suas ações. Nessa época as ações foram orientadas para a realização de seminários sobre as mudanças tecnológicas e organizacionais e, principalmente, as relações de trabalho. Compreender a conjuntura político-social e criar mecanismos de intervenção passou a ser objeto de preocupação e debate interno. O objetivo era tornar o IEL um centro de altos estudos, capaz de fornecer respostas aos desafios impostos pelo momento e torná-lo uma instituição mais orgânica, menos pragmática e pontual. A mudança na direção do IEL em 1986 retoma o caminho do imediatismo. Por que a mudança e o abandono da estratégia de criar uma instituição orgânica? Teria sido o IEL preterido pela burguesia diante de outras instituições mais importantes do empresariado?

Entendo que essas mudanças ocorreram em razão de disputas e questões internas do instituto, reflete mais as disputas por recursos financeiros dentro do sistema CNI e, também, entre o IEL Nacional e os núcleos regionais, do que expressão de um embate de idéias e de estratégias de longo prazo. Mas tal situação não pode ser entendida como ausência de projeto de longo prazo, mas sim, como expressão de um embate de forças que caracteriza as disputas entre a burguesia em geral e suas elites orgânicas, como contradição entre os interesses imediatos e os de longo prazo, que estão presentes no cotidiano da luta política. Embate que é travado não somente com os trabalhadores, mas também no confronto interno entre os diversos projetos e interesses que compõem a burguesia.

A década de 1990 consolida uma nova configuração político-social. No contexto da reestruturação produtiva e das novas formas de organização do trabalho e da produção as ações do IEL passam a ser pensadas no intuito de tornar hegemônico o discurso da competitividade, da qualidade e da tecnologia. O discurso adquire maior organicidade e um sentido ideológico mais articulado, criando as condições para que o instituto caminhe na direção de se constituir em importante instituição orgânica da burguesia.

Conseguiu o IEL tornar-se uma instituição orgânica da burguesia? Entendo que tem caminhado nesse sentido. Os descaminhos que marcam a trajetória do instituto não podem ser vistos apenas como fraqueza, mas como reflexo das lutas internas entre os diferentes interesses da burguesia industrial. Nesse contexto de embates, as elites orgânicas podem, em alguns momentos, serem superadas conjunturalmente, mas elas acabam prevalecendo no longo prazo.

Um olhar atento acerca da configuração que assumiu a educação no Brasil e, em particular, o ensino superior, nos permite tal afirmação. O intenso processo de privatização, de mercantilização, de mudanças nas condições de trabalho dos docentes são evidências de que ações propostas pelo IEL ao longo de sua história ganharam densidade. Por outro lado, a disseminação da *pedagogia das competências*, da lógica da *empregabilidade* e do *empreendedorismo* são evidências do avanço no campo ideológico das teses defendidas pelo instituto.

A sobrevivência do instituto ao longo dos anos comprova que as teses dos industriais mais orgânicos acabaram prevalecendo.

Referências bibliográficas.

ANTONACCI, M. Antonieta M. *A vitória da razão? O Idort e a sociedade Paulista*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1993. 286p.

DREIFUSS, R. A. *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981. 899p.

INSTITUTO EUVALDO LODI. *Princípios que nortearam a criação do Instituto e os fundamentos da sua filosofia de ação*. Rio de Janeiro: IEL, 1969, mimeo.

_____. *Estratégia de ação*. Rio de Janeiro: IEL, 1969b, mimeo.

_____. *Programa IEL de Competitividade Industrial*. Rio de Janeiro: IEL, 1991a. 110p.

_____. *Realizações da política nacional de interação Indústria-Universidade*. Rio de Janeiro: IEL, 1991b. 238p.

_____. *Construindo a pedagogia da qualidade*. Rio de Janeiro: IEL, 1992, mimeo.

_____. *Uma época – 25 anos. 1969-1994*. Rio de Janeiro: IEL, 1994, 120p.

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. *A educação que nós convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969. 248p.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO da REFORMA UNIVERSITÁRIA. 1968. in: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 50, p. 34-78, Jul/Set., 1969.

WARDE, Miriam. Anotações para uma Historiografia da Educação Brasileira. *Em Aberto*. Brasília, ano 3, n.23, set/out, p. 1-6, 1984.

_____. Contribuições da História para a Educação. *Em Aberto*. Brasília, v.9, nº47, p.3-11, jul/set, 1990.